

A Inteligência e os desafios internacionais de segurança e defesa

Lúcio Godoy
Abin

INTRODUÇÃO

A queda do Muro de Berlim, com o conseqüente fim do conflito Leste-Oeste, trouxe mudanças significativas no âmbito da política internacional. Nesse contexto – caracterizado pelo aperfeiçoamento das telecomunicações *em tempo real* e pelo advento da globalização econômica –, a emergência dos chamados *temas globais* abriu caminho para novos desafios e ameaças nos campos da segurança e da defesa. Esses temas – como o narcotráfico, as questões ambientais e as relacionadas a direitos humanos –, por seu caráter essencialmente transnacional, exigem ações coordenadas entre os atores do sistema internacional, devendo-se substituir a confrontação da era bipolar pela cooperação multilateral. Como fator complicador, ressalta-se a perda gradativa da importância dos Estados nacionais frente a agentes não-governamentais – de movimentos ecológicos a organizações criminosas.

No rol desses agentes, destacam-se os grupos terroristas, sobretudo aqueles com base no fundamentalismo islâmico. Seu crescimento – fenômeno que Joseph S. Nye chama de “privatização da guerra”¹ – culminou com os ataques em território estadunidense, no 11 de setembro de 2001. A situação conseqüente, embora não configurasse o início de uma nova ordem mundial, provocou considerável rearranjo nos rumos da política internacional. A geopolítica global, sob o comando dos Estados Unidos da América (EUA), passou a girar em torno do combate ao terror e, em especial, à

¹ NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Unesp, 2002. p. 12-13.

rede *Al-Qaeda*, do saudita Osama bin Laden. Não obstante, o foco de atuação não ficaria restrito à supressão das organizações terroristas e, em 2003, os EUA lideraram a invasão do Iraque sem os auspícios da comunidade internacional, em flagrante desobediência à Carta das Nações Unidas.

Entretanto, ao contrário de guerras tradicionais – como a do Iraque –, na guerra ao terrorismo as ações policiais, o rastreamento financeiro e a colaboração na área da Inteligência são tão ou mais importantes que ações bélicas *stricto sensu*. Se os EUA podem dispensar a colaboração internacional no primeiro tipo de guerra, a cooperação se faz vital para o sucesso no segundo. Assim, o maior dilema da atualidade parece ser a necessidade de se estabelecerem eficientes canais de cooperação multilateral em um contexto adverso, em que prevalecem posturas unilaterais – sobretudo por parte da única superpotência global². Nesse contexto, a atividade de Inteligência mostra-se essencial, tanto no combate ao terror, como na superação de outros desafios internacionais, abordados primeiro em perspectiva global e, em seguida, sob um olhar regionalizado, centrado no Brasil.

O PANORAMA GLOBAL

Com o fim da Guerra Fria, a ordem mundial, que era bipolar, passou a ser unimultipolar, em que uma única superpotência interage com potências regionais significativas (que tendem a se opor à potência principal) e com inúmeras potências secundárias (que, em geral, se aliam à superpotência e se opõem à potência regional de sua área geográfica).³ Nesse ambiente, a superpotência solitária,

² Não foi apenas o ataque ao Iraque que evidenciou a postura unilateral estadunidense, mas, sobretudo, o comportamento dos EUA nos fóruns globais. Entre outros tratados e convenções, deixou de ratificar o Protocolo de Kyoto (acerca do superaquecimento global), o Comprehensive Test Ban Treaty (acerca da proscricção de testes nucleares) e o tratado de criação do Tribunal Penal Internacional (para julgar tiranos e criminosos de guerra), além de não se ter assinado o Biological Weapons Protocol. Ademais, a administração Bush denunciou o Tratado de Mísseis Anti-Balísticos (ABM), que havia sido firmado em 1972, e trabalhou para enfraquecer as resoluções do World Summit on Sustainable Development, em 2002.

³ HUNTINGTON, Samuel P. A superpotência solitária. **Política Externa**, S. Paulo, v. 8, n. 4, mar./abr./mai. 2000. p. 13.

os EUA, tenderia a preferir um mundo unipolar, em que não estaria dependente da concordância das demais potências para efetivar seus interesses. No contexto atual, entretanto, a significativa força de algumas potências regionais, preocupadas com a luta norte-americana pela hegemonia global, vem pondo empecilhos nesse propósito. Dentre esses poderosos Estados regionais, destacam-se França e Alemanha (na Europa), Rússia (na Eurásia), China (no Extremo Oriente), Índia (no sul da Ásia), Irã (no sudoeste asiático), Brasil (na América Latina), África do Sul e Nigéria (na África).⁴ Dessa forma, a *necessidade de cooperação* vem se tornando um imperativo na convivência internacional.

Em adição, há problemas estratégicos em comum, muitos dos quais configuram *temas globais* – aqueles que, como já foi dito, não podem ser resolvidos por um só país, de forma isolada. Dentre esses temas, destacam-se o terrorismo, o comércio ilegal de componentes radiológicos e nucleares e o tráfico transnacional de drogas e de armas. Por seu caráter sorrateiro, esses problemas só podem ser contidos por meio de uma eficaz atuação dos serviços de Inteligência dos diversos países, que, sempre que possível, devem trocar informações entre si.

Essa cooperação se faz necessária, sobretudo, no combate ao terrorismo, haja vista a letalidade e a imprevisibilidade de seu *modus operandi*. Entretanto, mesmo após quatro anos dos atentados do 11 de setembro, a troca de informações entre agências estrangeiras permanece bastante esporádica, só sendo significativa entre os EUA e seus parceiros do pacto *UKUSA*⁵ e com o chamado *G5* (Reino Unido, Espanha, França, Alemanha e Itália).⁶ Também vem

⁴ HUNTINGTON, 2000. v. 8, n. 4, mar./abr./mai., 2000.

⁵ Inicialmente firmado entre Estados Unidos e Reino Unido, esse tratado de cooperação na área de Inteligência recebeu a adesão posterior de Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

⁶ SMITH, Michael. Intelligence-sharing failures hamper war on terrorism. **Jane's Intelligence Review**, 01 jul. 2005. Disponível em: <http://www4.janes.com/subscribe/jir/doc_view.jsp?K2DocKey=/content1/janesdata/mags/jir/history/jir2005/jir01272.htm@current&Prod_Name=JIR&QueryText=>> Acesso em: 10 jun. 2005 às 20h18.

causando preocupação o aumento do contrabando de materiais radiológicos e nucleares. Tais componentes são comercializados ilegalmente – sobretudo nas ex-repúblicas soviéticas –, e posteriormente distribuídos para todo o mundo. Nos últimos dois anos, por exemplo, houve apreensões de substâncias como o Estrôncio-90, o Césio-137 e o Plutônio, este último passível de ser usado na fabricação de armas atômicas.⁷ Evitar que esses materiais caiam em mãos de terroristas ou de governos mal-intencionados tornou-se um desafio para a comunidade de inteligência mundial. Por último, o tráfico internacional de drogas e de armas apresenta-se como outra grande ameaça à segurança e à instabilidade mundiais, principalmente por suas múltiplas conexões: crime organizado em geral, terror, movimentos guerrilheiros, etc.

O PANORAMA DO SUBCONTINENTE SUL-AMERICANO

Os países da América do Sul, como partes ativas do sistema internacional, também são vítimas dos problemas citados. Entretanto, o pensamento geopolítico difundido no pós-11 de setembro – e sua ênfase quase exclusiva no terrorismo – tendia a encobrir outros problemas relevantes no âmbito das Américas.⁸ No sentido de afirmar suas reais prioridades, os países sul-americanos, juntamente com os demais países do continente americano, proferiram a *Declaração sobre Segurança nas Américas*, em 2003. Firmado no seio da Organização dos Estados Americanos (OEA), o documento inclui novas ameaças e desafios à segurança continental, tais como a pobreza extrema como fator de instabilidade, o tráfico de seres humanos e ataques à segurança cibernética.⁹

⁷ OPPENHEIMER, A. R. Nuclear trafficking: a growing phenomenon. **Jane's Terrorism and Security Monitor**. 19 jan. 2005. Disponível em: <http://www4.janes.com/subscribe/jtasm/doc_view.jsp?K2DocKey=/content1/janesdata/mags/jtasm/history/jtasm2005/jtasm0526.htm@current&Prod_Name=JTSM&QueryText=> Acesso em: 10 jun. 2005 às 20h08.

⁸ Isso não significa que a temática do combate ao terrorismo não tenha importância no contexto latino-americano. Aliás, o próprio enrijecimento das medidas de segurança nos EUA abre a possibilidade de que novos alvos possam ser escolhidos entre os países subdesenvolvidos da esfera de influência estadunidense.

⁹ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Declaração sobre segurança nas américas*. Cidade do México: 2003.

Nesse contexto, poderíamos apontar pelo menos três grandes problemas estratégicos na América do Sul, a saber: a instabilidade venezuelana, o conflito colombiano e a ascensão dos movimentos políticos indígenas nos países andinos.

Constantemente afetada por crises, a Venezuela tem preocupado seus vizinhos com a possibilidade de que suas instabilidades internas transbordem para o campo externo. O histórico de golpes de Estado recentes – até mesmo capitaneados pelo atual presidente, Hugo Chávez –, os estímulos oficiais a confrontações entre classes sociais, as intenções governamentais de armar milícias de cor-religionários, tudo isso contribui para um clima de desconfiança externa. Ademais, a importância das exportações do petróleo venezuelano para outros países do continente – inclusive o Brasil – é mais um ponto de preocupação estratégica.

O problema colombiano, por sua vez, é ainda mais complexo. Há muitos anos o país está envolvido em uma situação análoga à de guerra civil, com as forças do governo entre dois fogos: dos guerrilheiros de esquerda e dos paramilitares de extrema direita. Resquícios da Guerra Fria, esses grupos ganharam novo impulso ao longo dos anos 90 ao se envolverem na atmosfera milionária do tráfico de drogas. Nos países limítrofes há o temor de que o conflito “transborde” para além das fronteiras colombianas, com risco de forte desestabilização da parte norte do subcontinente.

O terceiro problema estratégico reside na forte ascensão de movimentos nativos de luta por igualdade de direitos, sobretudo nos países andinos. Eles adotaram um discurso de oposição ao “imperialismo norte-americano” e alcançaram seu primeiro sucesso público na crise que culminou com a queda do presidente Sánchez de Lozada, da Bolívia. Aliás, esse país tornou-se o epicentro desses movimentos, comandados por líderes indígenas como Felipe Quispe Huanca, do partido *Pachakutek*, e Evo Morales Ayma, do Movimento ao Socialismo (MAS).¹⁰ Embora não tenham abraçado

¹⁰ DALY, J. C. K. Latin America's insurgent potential. **Jane's Terrorism and Security Monitor**. 12 mar. 2005. Disponível em: <http://www4.janes.com/subscribe/jtasm/doc_view.jsp?K2DocKey=/content1/janesdata/mags/jtasm/history/jtasm2004/jtasm0286.htm@current&Prod_Name=JTSM&QueryText=> Acesso em: 10 jun. 2005 às 20h35.

explicitamente a violência como forma de luta, tanto a radicalização de seus discursos quanto a afirmação do caráter transnacional de seus movimentos são fatores que causam alerta nos demais países do subcontinente. Ademais, durante protestos em 2003, Huanca consagrou o *slogan* “guerra pelo gás”, em referência ao recurso estratégico do qual dependem outros países, entre eles, o Brasil.¹¹

CONCLUSÃO

A correta condução dos problemas debatidos não passa somente pelo correto desempenho da atividade de Inteligência por parte de cada país. Com questões estratégicas que, cada vez mais, ultrapassam as fronteiras nacionais, é preciso discutir formas de os países melhor compartilharem conhecimentos e de desempenharem ações conjuntas. Nos temas citados, a cooperação pode ser uma poderosa arma para o alcance e a manutenção da estabilidade e da ordem. Nesse sentido, ações unilaterais deveriam ser preteridas em favor de ações multilaterais para que, dessa forma, se pudesse detectar a possibilidade de conflitos em seu nascedouro e se chegar mais facilmente à correta tomada de decisões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DALY, J. C. K. Latin America's insurgent potential. **Jane's Terrorism and Security Monitor**, [S.l.], n. 12, mar. 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Declaração sobre segurança nas Américas: aprovada na terceira sessão plenária realizada em 28 de outubro de 2003. In: CONFERÊNCIA INTERAMERICANA SOBRE OS PROBLEMAS DA GUERRA E DA PAZ, 2003, Cidade do México. Cidade do México: 2003.

¹¹ **Jane's Terrorism and Security Monitor**. 12 mar. 2005.

HUNTINGTON, Samuel P. A superpotência solitária. **Política Externa**, [S.l.], v. 8, n. 4, mar./mai. 2000.

NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Unesp, 2002.

OPPENHEIMER, A. R. Nuclear trafficking: a growing phenomenon. **Jane's Terrorism and Security Monitor**, [S.l.], n. 19, jan. 2005.

SMITH, Michael. Intelligence-sharing failures hamper war on terrorism. **Jane's Intelligence Review**, [S.l.], n. 1, jul. 2005.

